



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À
ESCOLA TÉCNICA (FAETEC)

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021 – R1

Proc. SEI – 260005/002834/2020

*Recebido
Em 15/01/2020
Pregoeiro*

A licitante **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita sob o CNPJ de Nº **07.028.841/0001-56**, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, por seu representante constituído, na forma da Legislação Vigente, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra ato que julgou pela inabilitação da recorrente, perante o certame em epígrafe, através da identificação de **EQUÍVOCO** na referida decisão, visto clara inobservância do rol de documentos apresentados pela impetrante, bem como em justa posição a decisão que julgou pela habilitação da empresa **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA**, ao qual se encontra com erros na formação de planilhas de composição de custos, o que faz pelos fundamentos de fato e de direito a seguir aduzidos:

DOS FATOS

Segundo se constata dos registros da referida licitação pública, o Sr. Pregoeiro, decidiu por inabilitar indevidamente a empresa recorrente, declarando que a licitante não atendeu ao disposto ao item 12.5.2.1 do instrumento convocatório objeto do presente, utilizando-se da alegação de que os Registros de Comprovação de Aptidão – RCA apresentados são referentes somente a empresa, não abrangendo o Responsável Técnico.

Sendo assim, de imediato, verifica-se grande equívoco da Administração, visto que perante o Registro de Comprovação de Aptidão apresentado pela recorrente, pode-se verificar de forma **CLARA, EXPRESSA e EVIDENTE**, o nome do Responsável Técnico **VITOR DE PAIVA ROCHA**, conforme doc. anexo.

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

Handwritten signature/initials.

Handwritten mark.



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

Dessa maneira, ainda que a decisão seja completamente incorreta, a presente empresa opta por acreditar que se trata somente de equívoco, ao qual será devidamente revisto e saneado, visto que somente através deste ato, será alcançada a devida legitimidade dos atos praticados perante esta licitação.

Prosseguindo aos fatos, é importante frisar que a impetrante foi considerada como **INABILITADA** pelo Sr. Pregoeiro, também sob alegação de erros materiais perante a elaboração das planilhas de custos sem quaisquer diligências para saneamento dos mesmos, indo ao contrário do que prevê a legislação vigente, conforme será devidamente elucidado durante a presente peça recursal.

Gera grande estranheza na impetrante o fato da **empresa MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI**, inscrita sob o CNPJ de nº **04.312.370/0001-15** ser considerada **HABILITADA**, ser beneficiada de forma explícita, visto que ao decorrer deste recurso, serão demonstrados diversos erros materiais na formulação das planilhas da referida licitante, aos quais foram inobservados pelo Sr. Pregoeiro, efetuando a habilitação de forma inválida.

Continuando nesta perspectiva, se torna de extrema relevância que ao analisar o relatório de análise das planilhas de composição de custos emitido pela Divisão de Suprimentos da FAETEC, conforme anexo, pode-se verificar que há contestação da CCT apresentada pela licitante **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI** para formulação de suas planilhas, onde a mesma encontra-se expressamente sem o devido registro ao MTE, não sendo possível sua devida verificação e análise quanto à homologação no Órgão competente, sendo tal apontamento efetuado pelo setor técnico completamente **IGNORADO** pelo Sr. Pregoeiro, e portanto, ferindo veementemente o princípio de julgamento objetivo e isonomia nas licitações públicas, visto não ter inobservado os apontamentos efetuados em prol da impetrante.

Vale ressaltar ainda, para fins de registro formal, a **GRANDE ESTRANHEZA** gerada, visto que a empresa **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI**, inscrita sob o CNPJ de nº 04.312.370/0001-15, também foi

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

02



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

alvo de peça recursal oriunda da impetrante ao certame ref. PE 01-2021 do presente Órgão, datado de 21 de maio de 2021, onde a mesma foi considerada como Habilitada de forma pífia, com evidente descumprimento do princípio da isonomia e julgamento objetivo nas contratações públicas, dessa forma, conclui-se que a narrativa se repete na licitação pública objeto do presente.

DO RCA PERTINENTE AO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Conforme dito anteriormente, analisando os autos, verifica-se que o Sr. Pregoeiro, decidiu por inabilitar a impetrante, alegando descumprimento ao disposto ao item 12.5.2.1 do instrumento convocatório, sob a afirmação de que os Registros de Comprovação de Aptidão – RCA apresentados são referentes somente a empresa, não abrangendo o Responsável Técnico.

Sendo assim, reiterando o já abordado de forma sintética nesta peça recursal, ao analisar a decisão, pode-se verificar que o Sr. Pregoeiro equivoca-se, visto que perante o Registro de Comprovação de Aptidão apresentado pela recorrente, constata-se devidamente o Responsável Técnico enquanto pessoa física, desse modo, é comezinha a observação de regularidade perante o solicitado no instrumento convocatório objeto do presente, pois o mesmo sendo o RT da empresa e os atestados vinculados a licitante o CRA averba tais atestados cancelando o próprio como detentor dos referidos atestados se assim o mesmo quiser para acrescenta-los em seu acervo técnico.

Dessa maneira, ao analisar a declaração de inabilitação da referida empresa, e o solicitado no instrumento convocatório sob o item 12.5.2.1, verifica-se que há grave engano por parte do Sr. Pregoeiro, vide texto extraído:

“12.5.2.1) O licitante deverá demonstrar que possui no seu quadro permanente, na data da licitação, profissionais, detentores de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica que comprove(m) a execução das atividades de características similares ao objeto a ser licitado.”

“12.5.2.1.1) A comprovação de que o(s) detentor(es) do(s) referido(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica é(são) vinculado(s) ao licitante,

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318

CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

03



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

deverá ser feita por cópia de ficha de registro de empregado, de contrato particular de prestação de serviços, de contrato de trabalho por prazo determinado ou por meio de outros instrumentos que comprovem vínculo jurídico entre o licitante e o(s) profissional(is) qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado"

Visto que o edital objeto do presente solicita que o responsável técnico seja detentor de atestado de responsabilidade, se torna de fácil observação através do RCA já apresentado pela presente empresa e o registro de vínculo do empregado para com a mesma documentos estes já se encontram no SEI ainda na fase de sua habilitação e que não há quaisquer descumprimentos no solicitado no instrumento norteador desta contratação, não podendo haver fuga do que preceitua o mesmo, no intuito de não ferir o princípio do julgamento objetivo.

Esta página faz parte da(o) CERTIDÃO nº 18935/2021

Folha: 1/1



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE RCA

VALIDADE ATÉ 09/06/2022

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93 alterada pela Lei nº 8883/94, que empresa abaixo identificada, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ a prestação dos serviços descritos no ATESTADO/DECLARAÇÃO aqui apresentado e demais atividades previstas em seu objeto social - Lei nº 4769/65, e decreto nº 61934/67. Certificamos, ainda, que o citada empresa tem executado serviços atinentes ao seu objeto social, conforme consta no ATESTADO/DECLARAÇÃO, que faz parte integrante desta Certidão devidamente registrado por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que desabone ou comprove a falsidade do referido ATESTADO/DECLARAÇÃO.

Razão Social	: DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Endereço	: DA QUITANDA, 49 sala 206
Cidade	: RIO DE JANEIRO
Reg CRA-RJ:	: 90-09363 Estado: RJ CNPJ: 07.028.841/0001-56
Resp. Técnico	: VITOR DE PAIVA ROCHA
Reg. CRA-RJ	: 20-57653

REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO - RCA

Contratante: FUNDACAO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

RCA Nº 20211000100087 Data: 31/Março/2021

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

Código de controle da certidão: 0.228955947404
Emitida em: 08/12/2021 às 14:36
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço: sistema.cra.rj.gov.br/informacoes/validacao ou através do QR Code.



04

[Assinatura manuscrita]



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

Ainda assim, no intuito de elucidar, a presente empresa trás consigo de forma primária o disposto perante o Art. 2º §1º da **RESOLUÇÃO NORMATIVA CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 489, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016**, onde se pode observar:

“§ 1º Considera-se Acervo Técnico de Pessoa Física as formações acadêmicas diferentes da graduação que deu origem ao registro no CRA, além das especializações, mestrados e doutorados, desde que averbados os respectivos Diplomas ou Certificados de conclusão do curso, assim como toda a experiência adquirida pelo profissional em razão da sua atuação, relacionada com as atribuições e atividades próprias de Administração, previstas na legislação em vigor, desde que registrados os Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica, ou qualquer documento que comprove a execução dos serviços, no CRA da jurisdição onde estiver estabelecido o tomador dos serviços”

Valendo ressaltar também a figura do item 5.3 do capítulo IX da **RESOLUÇÃO NORMATIVA CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 519, DE 18 DE JULHO DE 2017**, onde pode-se observar:

“ 5.3 Acervo Técnico - do profissional e da pessoa jurídica Os Acervos Técnicos dos profissionais e das Pessoas Jurídicas registradas, são constituídos pelos Conselhos Regionais de Administração, por meio dos Registros de Comprovação de Aptidão - RCA ou Atestados de Capacidade Técnica, conforme descrição nos itens 5.1 e 5.2 deste capítulo.”

DA POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO DAS PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Verifica-se em segundo momento, que o Sr. Pregoeiro **INABILITA** a presente empresa através do apontamento de meros **ERROS MATERIAIS** na formulação das planilhas de composição de custos apresentadas, sendo estes devidamente corrigidos, sem gerar majoração no preço ofertado perante a licitação, conforme doc. Anexo.

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

05

5



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

Vale ressaltar, que conforme a doutrina majoritária, bem como diversas jurisprudências, a possibilidade de correção da planilha em uma licitação visa à busca pela proposta mais vantajosa e a necessidade de utilização do formalismo moderado, sendo esta a prática comum e correta para solução de casos similares ao objeto do presente, sendo tal diligência tipificada através da legislação vigente, órgãos de controle e suas súmulas, bem como pela doutrina que norteia os procedimentos de compras públicas.

Desse modo, como regra, o Tribunal de Contas da União compreende possível permitir que a empresa ofertante da melhor proposta possa corrigir a planilha apresentada durante o certame, conforme jurisprudência a seguir:

“Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1.811/2014 – Plenário).”

Sendo assim, surge a figura da promoção de diligência para saneamento de possíveis inconsistências perante as planilhas de formações de custos apresentadas, onde o Tribunal de Contas da União indica:

“A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja acrescido o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 – Plenário).”

Portanto, após a breve análise, constata-se que o Tribunal de Contas da União entende que o ajuste sem o acréscimo do valor global representa prática a ser adotada em casos de inconsistências nas planilhas de custos apresentadas, por se tratar apenas o detalhamento do preço já fixado na disputa de lances ou comparação de propostas.



06



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

Além disso, aos órgãos e entidades subordinados à disciplina das instruções normativas editadas pelo MPDG, a IN nº 05/2017 dispõe expressamente, em seu ANEXO VII – A, item 7.9:

“7.9. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;”

Assim, tendo em vista o caráter acessório das planilhas orçamentárias, harmonizando-se os princípios do julgamento objetivo e do princípio da vinculação ao instrumento convocatório com a busca pela proposta mais vantajosa e a necessidade de utilização do formalismo moderado, entende-se como necessária a correção de erros formais e materiais de constatação nas planilhas de custos, em todas as modalidades de licitação, desde que não haja acréscimo do valor global da proposta e essa se mantenha exequível, procedimento ao qual o Sr. Pregoeiro não utilizou-se para o devido saneamento, gerando assim, prejuízo não só para empresa **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, bem como para Administração, através do distanciamento de maior economicidade e vantajosidade para a presente contratação.

DOS ERROS DE FORMULAÇÃO DE PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DA EMPRESA MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI

De forma sintética, conforme já exposto anteriormente, ao efetuar minuciosa verificação sob as planilhas elaboradas pela licitante **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI**, puderam se constatar algumas inconsistências e incorreções, sendo estes:

Quanto ao posto de Encarregado, verifica-se que a licitante utilizou-se em as suas planilhas de valor distinto do previsto na Convenção Coletiva de Trabalho que a própria indicou como basilar em campo próprio de cada anexo SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 34.037.150/0001-91. Sendo assim, surge grande dificuldade para extrair a real intenção da mencionada, visto que a

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318

CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

08
S



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

mesma apresenta suposto acordo coletivo firmado em conjunto com outro sindicato, entretanto, conforme apontamento efetuado pela Divisão de Suprimentos da FAETEC, NÃO possui sua devida homologação e registro pelo MTE,

art. 614, caput e § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as convenções e os acordos coletivos devem ser levados ao órgão local do Ministério do Trabalho e Emprego para fins de registro, arquivo, publicidade início da vigência (entram em vigor 3 (três) dias após a data da entrega dos mesmos no referido órgão).

Tornando-o inválido caso a empresa não possa apresentar comprovação para tal.

Ainda nessa perspectiva, o piso salarial de na categoria de vigia no referido acordo coletivo contempla somente para auxiliares de administração escolar, com carga horaria de 44 horas semanais – ou seja este somente poderia ter sido balalizado para formulação da planilha de custos a categoria com a referida carga horaria estipulada, e a mesma foi utilizada para demais de Vigia 12x36 Diurno e Vigia 12x36 Noturno, cuja a carga horaria semanal foge do estipulado no acordo, e no instrumento convocatório.

Nessa mesma linha de racíonicio, surge como prova de utilização da CCT de Asseio e Conservação do Rio de Janeiro, a apresentação de benefícios de vale alimentação e benefício social familiar iguais aos previstos perante esta, sendo assim, verifica-se que a empresa busca executar um “jogo de planilhas” visando ludibriar a Administração e as demais licitantes interessadas, pois os salarios tanto do acordo coletivo quanto da Convenção Coletiva de asseio são equivalentes, onde claramente faz o uso do salário que a convém com a apresentação de Acordo Coletivo sem Registro, entretanto, utiliza-se dos demais parâmetros previstos na CCT de Asseio do Rio de Janeiro.

Por fim, visto confusão proporcionada pela licitante impossibilitando a devida análise correta de suas planilhas de composição de custos, adotando que a mesma tenha utilizando-se da CCT de Asseio e Conservação do Rio de Janeiro, vale ressaltar que a mesma demonstra vícios em **TODAS** as suas planilhas de composição de custos encontradas dentro do Sistema SEI e que foram indevidamente habilitadas no

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318

CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

certame e seus erros ignorados pela comissão, nas incorreções perante a gratificação dos encarregados, visto que ao ponto em que a licitante simplesmente ou não efetua a inclusão do valor da gratificação de diversas planilhas ou simplesmente erra a porcentagem indicada na CCT de asseio perante aquele numero de funcionarios que o encarregado irá controlar, conforme documento apontado pela Divisão Suprimentos, a empresa vai de encontro ao erro no valor da gratificação, isto, pois, é estabelecida maior porcentagem enquanto relacionado ao quantitativo de funcionários. Conforme exemplos a seguir:

 FAETEC
 ANEXO IV

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra de Vigias, executados de forma continua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002834/2020
 Pregão Eletrônico nº 02/2021
 Data da realização: 06/12/2021 Horário: 10:00
 Data da apresentação da proposta: 04/01/2022

I - POSTO DE SERVIÇO		Quantidade
Encarregado		1
A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de:		R\$ 1.624,91
Categoria de Encarregado, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em 30/03/2021 e ou Dissídio Coletivo de Trabalho em 30/03/2021. SINDICATO DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CNPJ n. 34.037.150/0001-91, conforme Item 9.2.5.1 do Edital- Categoria de Encarregado vinculada ao referido sindicato.		
MÃO DE OBRA		Valor (R\$)
Remuneração		
Salário		R\$ 1.624,91
Hora Extra		R\$ -
Adicional (Periculosidade/Insalubridade)		R\$ -
Adicional Noturno + Hora Noturna reduzida		R\$ -
Gratificação	0,00%	R\$ -
		R\$ -
Total da Remuneração		R\$ 1.624,91

EX 1: Utilizada CCT de asseio e conservação do Rio de Janeiro sem gratificação do encarregado para o Lote 11. Extraído do Sistema SEI

ANEXO IV

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra de Vigias, executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002834/2020
 Pregão Eletrônico nº 02/2021
 Data da realização: 06/12/2021 Horário: 10:00
 Data da apresentação da proposta: 04/01/2022

I - POSTO DE SERVIÇO		Quantidade
Encarregado	R\$ 1.624,91	2
A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de		
Categoria de Encarregado, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em 30/03/2021, o ou Dissídio Coletivo de Trabalho em 30/03/2021. SINDICATO DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CNPJ n. 34.037.150/0001-91, conforme item 9.2.5.1 do Edital- Categoria de Encarregado vinculada ao referido sindicato.		
MAO DE OBRA		Valor (R\$)
Remuneração		R\$ 1.624,91
Salário		R\$ -
Hora Extra		R\$ -
Adicional (Periculosidade/Insalubridade)		R\$ -
Adicional Noturno + Hora Noturna reduzida	25,00%	R\$ 325,25
Gratificação		R\$ -
Total da Remuneração		R\$ 1.950,16
III - ENCARGOS SOCIAIS (incidentes sobre valor da remuneração)		
		R\$ 390,03

EX 2: Planilha de composição de custos de encarregado com 25% de gratificação de encarregado para o LOTE 10 onde o mesmo possui total de 96 funcionarios e deveria ser utilizado e aliquota diferente conforme indica a CCT abaixo. Extraído do sistema SEI

04/12/2021 11:20

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

ser efetuada impreterivelmente até o dia 15/12.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas poderão, ainda, pagar em 4 parcelas mensais (setembro/21, outubro/21, novembro/21 e dezembro/21) o décimo terceiro salário, desde que seja complementado o seu valor integral até o dia 20 de Dezembro.

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GRATIFICAÇÃO DE ENCARREGADOS

Os encarregados receberão mensalmente um percentual mínimo, calculado sobre o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, conforme previsto na Cláusula Terceira, a título de gratificação, na seguinte forma:

- a) de 16 a 30 empregados: 25% (vinte e cinco por cento)
- b) de 31 a 60 empregados: 30% (trinta por cento)
- c) acima de 61 empregados: 40% (quarenta por cento)

Outras Gratificações

Como estipulado na CCT acima a mesma indicada pela Multiplay de 61 empregados a gratificação deveria ser de 40%, ferindo veementemente a convenção coletiva

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
 CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

10

S



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

DO FERIMENTO AOS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE ENTRE OS LICITANTES (ISONOMIA) E JULGAMENTO OBJETIVO

Após análise dos fatos, pode-se constatar vício na decisão, visto que o Sr. Pregoeiro ao **IGNORAR**, os apontamentos efetuados pela Divisão de Suprimentos da FAETEC, acerca das planilhas apresentadas pela empresa **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI**, inscrita sob o CNPJ de nº 04.312.370/0001-15, e **ACATAR** as sinalizações à respeito da licitante **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita sob o CNPJ de Nº 07.028.841/0001-56, inabilitando-a sem quaisquer diligências visando sanear possíveis erros materiais na formulação.

Nesta perspectiva, vale ressaltar que ignorar o atendimento das regras editalícias e doutrinárias, importa em patente violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia, que decorrem da Constituição Federal e das demais leis aplicáveis no presente caso (Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93).

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos, com amparo no texto constitucional, dispôs expressa, mas não exaustivamente, sobre o rol de princípios que devem ser observados na deflagração e realização das licitações públicas, estando inseridos neste rol de princípios, tanto o da vinculação ao instrumento convocatório quanto o da impessoalidade. Assim determina a Lei:

A lei 8.666/93 em seu art. 3º define,

“a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Em respeito ao Princípio do Julgamento Objetivo o administrador deve observar critérios objetivos definidos no ato convocatório para o julgamento. Afasta a

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

11 5



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no ato convocatório, a não ser que em benefício da própria Administração.

Os princípios legais se inter-relacionam, o julgamento objetivo e todo o procedimento licitatório vinculam-se ao edital que tem força de lei para o ato a que se destina, a importância da vinculação ao ato convocatório é de tal forma importante e balizadora de todo o procedimento que o legislador trata do assunto, além do art. 3º, mas, também, nos art. 41 e 55 da Lei.

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigível, ao convite e à proposta do licitante vencedor;”

Especificamente em relação ao princípio da vinculação ao edital, que, de fato, instrumentaliza tanto a obrigação pelos particulares de apresentarem documentações de acordo com o edital (sob pena de desclassificação/inabilitação) quanto à garantia do Administrado face à Administração de ser tratado de acordo com as disposições previamente fixadas, a Lei nº 8.666/93 dispôs de maneira ainda mais clara que:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Ao impor a vinculação ao instrumento convocatório, os arts. 32 e 41 da Lei 8.666/93, dispositivos basilares e vetores do regime jurídico das licitações, pretendeu-se excluir a seleção da proposta mais vantajosa do âmbito pessoal ou particular do agente administrativo que exercita a função de julgar proposta.

E mais. Assegura a isonomia e a segurança jurídica, princípios basilares do Estado Democrático de Direito. O princípio em debate, na comezinha lição da doutrina especializada, traz forte repercussão, significando o exaurimento da discricionariedade do administrador. No dizer de Justen Filho:

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

12 5



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

*"(...) quando se define o objeto a ser licitado, está se condicionando o conteúdo do edital. O conteúdo do edital restringe as possibilidades dos concorrentes e delimita as propostas que serão apreciadas etc. Daí aludir-se ao princípio da vinculação ao edital, para indicar o exaurimento da competência discricionária"*¹

E prossegue, acenando com a possibilidade do controle sobre os atos decisórios da comissão:

*"Cada fase da licitação se submete ao crivo de controle. Adotada determinada solução, a decisão está sujeita a controle (tanto administrativo quanto de órgãos externos) (...) O procedimento da licitação reduz drasticamente a liberdade de escolha do administrador. Vence a licitação a proposta que se configura como a mais conveniente para a concretização dos interesses coletivos e supra-individuais, segundo critérios objetivos. A liberdade de escolha vai sendo suprimida na medida em que o procedimento avança. Ao final, a regra é a ausência de espaço para uma decisão discricionária."*²

Hely Lopes Meirelles, ao ventilar tal princípio, acentua o caráter obrigatório de que se revestem as determinações contidas nos editais. Assim ensinava o mestre:

*"Não se compreenderia que a administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu. É impositivo para ambas as partes e para todos os interessados na licitação."*³

Ignorar a necessária observância às disposições editalícias, em violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, implica em violar a própria razão

¹ Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª edição, p. 47.

² idem

³ MEIRELLES, Hely Lopes in "Licitação e Contrato Administrativo" - Malheiros- 2002 - 13ª edição - pág 35
Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ



B S



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

de ser da licitação, mediante o descumprimento de todos princípios norteadores da atividade administrativa, especialmente aqueles insertos no art. 37 da Carta Magna. A gravidade do não atendimento às regras objetivas do edital é tal que enseja a nulidade dos atos infringentes, é medida a se impor.

Marçal Justen Filho, com a maestria que lhe é própria, tratando especificamente de licitações na modalidade pregão, deixa assentado que:

*“Tal como se passa com todos os agentes públicos investidos de competências decisórias, o pregoeiro responde pelos atos praticados. Cabe-lhe promover o pregão com estrita observância na disciplina legal e editalícia, submetendo-se aos princípios norteadores da atividade administrativa. Esses princípios impõem ao pregoeiro o reconhecimento de que a realização do interesse público não significa autorização para lesar o interesse privado. O pregoeiro deve respeitar lealmente os interesses dos licitantes privados - tal como os licitantes privados estão submetidos a respeitar lealmente os interesses da Administração. A advertência é necessária porque, em algumas situações práticas, parece prevalecer a concepção de que a finalidade de ampliação da competitividade e a busca pela obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração legitimariam qualquer conduta do pregoeiro. Essa orientação é radicalmente contrária à ordem constitucional vigente. Nenhum agente público pode assumir a proposta de que "os fins legitimam os meios". Isso se aplica inclusive ao pregoeiro. Portanto, o pregoeiro poderá ser responsabilizado pelos atos ilegais ou abusivos praticados, ainda quando deles possa ter pretensamente resultado uma contratação vantajosa para a Administração”.*⁴

No caso do ocorrido no certame em tela, a licitante **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, comprovadamente teve direito líquido e certo ceifado, ao verificar a adoção de “dois pesos e duas medidas” enquanto comparada à empresa **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI**.

DO FERIMENTO AO PRINCÍPIO DE VANTAJOSIDADE

⁴ JUSTEN FILHO, Marçal; PREGÃO - Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico, Dialética, 56 Edição, pgs. 109/110



14



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

Após o exposto anteriormente, pode-se concluir que houve equívoco por parte da administração e conseqüente ferimento ao princípio da vantajosidade intrínseco aos procedimentos de contratações públicas, visto que o erro ao declarar a impetrante como inabilitada da licitação objeto do presente, gera prejuízo ao erário, e desse modo, vai em total desacordo aos princípios de economicidade e vantajosidade que regem as licitações.

Sendo de grande valia a observação do conceito de vantajosidade, girando este ao redor de que quando o Poder Público pretende utilizar-se do erário, do dinheiro público, para contratar visando determinado serviço, ele se submete, em princípio, ao regime jurídico das licitações e contratos administrativos. Ou seja, deve seguir majoritariamente as normas dispostas a lei 8.666/93, cujo artigo 3º preclara serem seus princípios-macro: a garantia de isonomia de tratamento entre os licitantes; a sujeição à da legalidade e; finalmente, a busca pela proposta mais vantajosa (vantajosidade).

A vantajosidade determinada no artigo 3º da Lei das Licitações espelha basicamente a busca por contratação que seja tanto economicamente mais vantajosa, através do menor gasto de dinheiro público, quanto que assim o seja qualitativamente, melhor gasto.

Com sapiência, o jurista Marçal Justen Filho leciona:

“Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão é de fato, não de direito. Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular. Essa comprovação poderá fazer-se em face da própria Administração, pleiteando-se a realização de diligência para tanto.” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª Ed, São Paulo: Dialética, 2010, p. 660)

DOS PEDIDOS

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

16 5



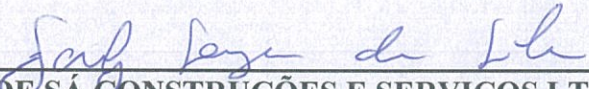
DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

Após o exposto anteriormente, de forma primária, pode-se concluir que a empresa **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** atendeu rigorosamente os ditames do Edital, apresentando toda documentação referente à habilitação técnica, visto devida demonstração de conformidade perante a presente peça, e, portanto, encontrando-se completamente APTA para a execução do objeto licitado, entendendo também como incabível a inabilitação do certame oriunda da inobservância de diligências por parte do Sr. Pregoeiro para saneamento da composição de custos nas planilhas apresentadas.

Sendo assim, a recorrente requer que este Recurso Administrativo seja **CONHECIDO e PROVIDO** através da **REVISÃO** da decisão exarada, visando à devida manutenção do julgamento equivocada de inabilitação da ora empresa **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, tornando-a **HABILITADA**, tendo em vista que somente utilizando-se deste ato, a Administração estará promovendo e exercendo o direito previsto na legislação perante o caso concreto em epígrafe.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2022.


DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Farly Souza da Silva
CPF: 105.301.137-75
Sócio Administrador

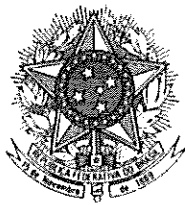
Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 18992/2021

Certidão válida até 10/06/2022

Certificamos, em conformidade com a Resolução Normativa CFA nº 464/2015, que constam em nossos arquivos o(s) RCA(s) relacionados abaixo, em nome da empresa DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.028.841/0001-56 registro CRA-RJ nº 90-09363, tendo como responsável técnico(s) VITOR DE PAIVA ROCHA, registro nº 20-57653, VITOR DE PAIVA ROCHA, registro nº 20-57653, cujas atividades descritas nos ATESTADOS/DECLARAÇÕES que fazem parte integrante desta Certidão estão elencadas nas alíneas "a" e "b", do art. 2º, da Lei 4.769/65. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado que desabone ou comprove a falsidade dos referidos ATESTADOS/DECLARAÇÕES, cujo teor é de exclusiva responsabilidade de seus emitentes.

RCA nº 20211000100103 - Data - 08/04/2021

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Contrato nº 0312020

Data de Início: 09/12/2020

Prazo do Contrato: 08/12/2021

Descrição do Serviço: ASG

RCA nº 20211000100102 - Data - 08/04/2021

Contratante: FUNDACAO SAUDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Contrato nº 0952020

Data de Início: 18/09/2020

Prazo do Contrato: 18/03/2021

Descrição do Serviço: Auxiliares Administrativos, Assistente Administrativo, Supervisor de Radio Operação e telefonia, Radio Operadores, Supervisores os de Frota, Condutores Socorristas, Auxiliares de farmacia, Almoxarife.

RCA nº 20211000100087 - Data - 31/03/2021

Contratante: FUNDACAO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Contrato nº 001/2020

Data de Início: 02/06/2020

Prazo do Contrato: 01/06/2021

Descrição do Serviço: VIGIA

RCA nº 20201000100099 - Data - 26/05/2020

Contratante: SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO EST. DO RIO DE JANEIRO.

Contrato nº 004/2019

Data de Início: 10/10/2019

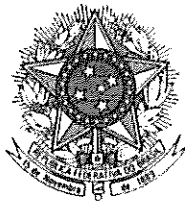
Prazo do Contrato: 10/10/2020

Descrição do Serviço: ASG, OPERADOR DE PISCINA, BOMBEIRO HIDRÁULICO E ELETRICISTA

Código de controle da certidão: 0.5076026713440639
Emitida em: 10/12/2021 às 11:07
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço [craonline/validarcertidao](https://www.cra-rj.org.br/craonline/validarcertidao) ou através do QR Code.



14



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ
RCA nº 20201000100100 - Data - 26/05/2020

Contratante: UNI RIO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Contrato nº 02/2020

Data de Início: 14/08/2019

Prazo do Contrato: 14/02/2020

Descrição do Serviço: ALMOXARIFADO,AUXILIAR ADMINISTRATIVO,ENGENHEIRO,ELETRICISTA,MEIA OFICIAL,PEDREIRO,ENCARREGADO,MANUTENCISTA, CARPINTEIROE CHEFE DE OBRAS

RCA nº 20201000100101 - Data - 26/05/2020

Contratante: LILÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA ME

Contrato nº 002/2014

Data de Início: 10/02/2015

Prazo do Contrato: 10/02/2015

Descrição do Serviço: ASG,COPEIRO,PORTEIRO,AUX. ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTA

RCA nº 20201000100102 - Data - 26/05/2020

Contratante: OSBRAVI - ORGANIZACAO SOCIAL BRASILEIRA DE APOIO A VIDA

Contrato nº 002/2015

Data de Início: 26/08/2016

Prazo do Contrato: 26/08/2016

Descrição do Serviço: ASG,VIGIA,MOTORISTA E APOIO OPERACIONAL

RCA nº 20201000100098 - Data - 26/05/2020

Contratante: EFICAZ GESTAO EM SAUDE

Contrato nº 005

Data de Início: 07/05/2018

Prazo do Contrato: 08/05/2018

Descrição do Serviço: SERVIÇO DE LIMPEZA HOSPITALAR

RCA nº 20191000100303 - Data - 10/09/2019

Contratante: JUNAVINI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Contrato nº 1

Data de Início: 14/04/2014

Prazo do Contrato: 14/04/2015

Descrição do Serviço: ASG,VIGIA,MOTORISTA,AUXILIAR ADMINISTRATIVO,TELEFONISTA,COPEIRO E RECEPCIONISTA.

RCA nº 20191000100262 - Data - 18/07/2019

Contratante: JJ TRANSPORTES RIO EIRELI

Contrato nº 1

Data de Início: 14/04/2014

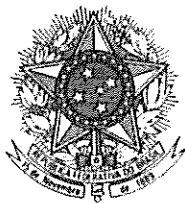
Prazo do Contrato: 14/10/2014

Descrição do Serviço: PEÇO URGÊNCIA POIS VAMOS DISPUTAR UMA LICITAÇÃO.

Código de controle da certidão: 0.5076026713440639
Emitida em: 10/12/2021 às 11:07
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço [craonline/validarcertidao](https://www.cra-rj.org.br/craonline/validarcertidao) ou através do QR Code.



11 SF



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

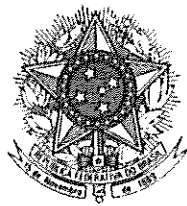
Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 2021.

Código de controle da certidão: 0.5076026713440639
Emitida em: 10/12/2021 às 11:07

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço [craonline/validarcertidao](https://www.cra-rj.org.br/craonline/validarcertidao) ou através do QR Code.



R S



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE RCA

VALIDADE ATÉ 09/06/2022

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93 alterada pela Lei nº 8883/94, que empresa abaixo identificada, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ a prestação dos serviços descritos no ATESTADO/DECLARAÇÃO aqui apresentado e demais atividades previstas em seu objeto social - Lei nº 4769/65, e decreto nº 61934/67. Certificamos, ainda, que o citada empresa tem executado serviços atinentes ao seu objeto social, conforme consta no ATESTADO/DECLARAÇÃO, que faz parte integrante desta Certidão devidamente registrado por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que desabone ou comprove a falsidade do referido ATESTADO/DECLARAÇÃO.

Razão Social	: DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Endereço	: DA QUITANDA, 49 sala 206
Cidade	: RIO DE JANEIRO
Reg CRA-RJ:	: 90-09363 Estado: RJ CNPJ: 07.028.841/0001-56
Resp. Técnico	: VITOR DE PAIVA ROCHA
Reg. CRA-RJ	: 20-57653

REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO - RCA

Contratante: FUNDACAO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

RCA N° 20211000100087 Data: 31/Março/2021

Código de controle da certidão: 0.225965947404
Emitida em: 09/12/2021 às 14:36
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço [craonline/validarcertidao](https://www.cra-rj.org.br/craonline/validarcertidao) ou através do QR Code.



20

DIVISÃO DE SUPRIMENTOS DA FAETEC

Pregão Eletrônico Nº002/2021-R1

PROCESSO SEI-260005/002834/2020

Análise das Planilhas de Composição de Custos

Empresa Arrematante: Multiply Serviços e Manutenção Ltda

Lote 3

Valor Global arrematado: R\$4.918.000,00 (quatro milhões, e novecentos e dezoito mil reais).

Valor Global apresentado na planilha: R\$4.917.982,49 (quatro milhões, novecentos e dezessete mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta e nove centavos)

CCTs Aplicadas: RJ000713/2021 e RJ002725/2021

Funções: Vigia 44h, Vigia Diurno 12/36, Vigia Noturno 12/36 e Encarregado de Vigia

As CCTs aplicadas se encontram em vigor até 28/02/2022.

O salário base da função vigia, que se aplica a "Vigia 44h, Vigia Diurno 12/36 e Vigia Noturno 12/36", segundo a CCT RJ000713/2021 é de R\$1.441,67 (mil, quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta e sete centavos e o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente é de R\$1.301,00 (mil, trezentos e um reais). Conforme cláusula 15ª da CCT RJ000713/2021, o cálculo de gratificação de Encarregado de 25% (informado pela arrematante), deve incidir sobre esse valor de Piso, ou seja, R\$325,25 (trezentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos). O valor do Salário Base apontado pela arrematante para as funções "Vigia 44h, Vigia Diurno 12/36 e Vigia Noturno 12/36" não foi localizado nas CCTs utilizadas como referência, não sendo possível aferir sua pertinência.

Sendo o que temos para o momento, segue para apreciação dessa Comissão de Pregão.

Leonardo Barbosa da Cunha Machado

ID 4265437-8

21 8

DIVISÃO DE SUPRIMENTOS DA FAETEC

Pregão Eletrônico Nº002/2021-R1

PROCESSO SEI-260005/002834/2020

Análise das Planilhas de Composição de Custos

Empresa Arrematante: Multiply Serviços e Manutenção Ltda – Segunda colocada nos lotes

Lote 2 - Valor Global arrematado: R\$4.420.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e vinte mil reais).

Valor Global apresentado na planilha: R\$4.419.622,12 (quatro milhões, quatrocentos e dezenove mil, seiscentos e vinte e dois reais e doze centavos)

Lote 4 - Valor Global arrematado: R\$5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais).

Valor Global apresentado na planilha: R\$5.199.832,40 (cinco milhões, cento e noventa e nove mil, oitocentos e trinta e dois reais e quarenta centavos)

Lote 7 - Valor Global arrematado: R\$843.000,00 (oitocentos e quarenta e três mil reais).

Valor Global apresentado na planilha: R\$842.947,09 (oitocentos e quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais e nove centavos)

Lote 8 - Valor Global arrematado: R\$1.990.000,00 (um milhão, novecentos e noventa mil reais).

Valor Global apresentado na planilha: R\$1.989.945,33 (um milhão, novecentos e oitenta e nove mil, novecentos e quarenta e cinco reais e trinta e três centavos)

Lote 10 - Valor Global arrematado: R\$3.299.000,00 (três milhões, duzentos e noventa e nove mil reais).

Valor Global apresentado na planilha: R\$3.298.939,25 (três milhões, duzentos e noventa e oito mil, novecentos e trinta e nove reais e vinte e cinco centavos)

Lote 11 - Valor Global arrematado: R\$1.848.900,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e oito mil e novecentos reais).

Valor Global apresentado na planilha: R\$1.848.746,57 (um milhão, oitocentos e quarenta e oito mil, setecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos)

Lote 12 - Valor Global arrematado: R\$2.468.000,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil reais).

Valor Global apresentado na planilha: R\$2.467.860,53 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, oitocentos e sessenta reais e cinquenta e três centavos)

CCTs Aplicadas: RJ000713/2021, RJ002725/2021 e Acordo Coletivo 2021-2022 do “Sindicato Aux Adm Escolar do Estado do Rio de Janeiro”

Funções: Vigia 44h, Vigia Diurno 12/36, Vigia Noturno 12/36 e Encarregado de Vigia

As CCTs e o ACT se encontram em vigor até 28/02/2022. Os valores utilizados pela arrematante para as funções variaram por Município.

Sugerimos que a arrematante esclareça o método utilizado para o cálculo das horas noturnas da função “Vigia Noturno 12x36” em suas planilhas. Não consta valor de gratificação para a função

22 5

“Encarregado de Vigia” nas planilhas dos lotes 4, 7, 11 e 12 e a função inclui o valor de R\$16,00 a título de Benefício Social Familiar.

Registramos que a empresa aplica os seguintes valores para cada lote:

	Lote 2	Lote 4	Lote 7	Lote 8	Lote 10	Lote 11	Lote 12
Seguro – R\$	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
Uniformes – R\$	92,00	62,00	62,00	62,00	62,00	52,00	62,00
Equipamentos – R\$	40,18	10,18	10,18	10,18	10,18	10,18	10,18
Lucro %	6,61%	1,52%	4,16%	5,18%	1,00%	0,53%	5,00%
Custos Indiretos %	7,00%	2,00%	5,00%	6,00%	1,81%	1,00%	5,65%

Sendo o que temos para o momento, segue para apreciação dessa Comissão de Pregão.

Leonardo Barbosa da Cunha Machado

ID 4265437-8

13 5

DIVISÃO DE SUPRIMENTOS DA FAETEC

Pregão Eletrônico Nº002/2021-R1

PROCESSO SEI-260005/002834/2020

Análise das Planilhas de Composição de Custos

Empresa Arrematante: Multiply Serviços e Manutenção Ltda

Lote 5

Valor Global arrematado: R\$2.683.000,00 (dois milhões seiscentos e oitenta e três mil reais).

Valor Global apresentado na planilha: R\$2.682.978,98 (dois milhões seiscentos e oitenta e dois mil. Novecentos e setenta e oito reais e noventa e oito centavos).

CCT Aplicada: RJ002725/2021

Funções: Vigia 44h, Vigia Diurno 12/36 e Vigia Noturno 12/36

As CCTs aplicadas se encontram em vigor até 28/02/2022.

O valor do Salário Base apontado pela arrematante para as funções “Vigia 44h, Vigia Diurno 12/36 e Vigia Noturno 12/36” não foi localizado nas CCTs utilizadas como referência para esta análise, não sendo possível aferir sua pertinência. O Acordo Coletivo apresentado pela arrematante, datado de 14/12/2021, não foi localizado no sistema do MTE Mediador.

Sendo o que temos para o momento, segue para apreciação dessa Comissão de Pregão.

Leonardo Barbosa da Cunha Machado

ID 4265437-8

24 5

FAETEC PE 02/2021

ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS LOTE 7

1

MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA / CNPJ.: 04.312.370/0001-15

☎ (21) 3486-0508

✉ licitacao@multiplyservicos.com.br

25

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO
2021-2022

Acordo Coletivo de Trabalho que entre si fazem, de um lado o **SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SAAE-RJ**, CNPJ: 31.249.428/0001-04, Registro Sindical MTB nº 114-158/64, neste ato, representado por seu Presidente, Senhor Elles Carneiro Pereira, RG nº 1197845 - IPF/RJ, CPF nº 326.553.047-72, com sede na Rua dos Andradas, nº 96, Grupo 802/803, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.051-002 e, de outro lado, **MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA**, neste ato representado pelo Sr. Thiago Pontes de Souza, brasileiro, empresário, casado, inscrito no CPF sob o nº 111.548.607-10, portador da cédula de identidade nº 21399535-0, expedida por DETRAN/RJ, com sede na Av. Automóvel Clube, nº 2.536 - sala 01 - Vilar dos Teles - São João de Meriti - RJ, CNPJ nº 04.312.370/0001-15, em conformidade com os artigos 611 e 612 da CLT e Legislação em vigor, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **profissional dos auxiliares de administração escolar do plano da CNTEEC**, com abrangência territorial em todo estado do **Rio de Janeiro**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

A partir de 1º de março de 2021 ficam estabelecidos os seguintes pisos salariais para os auxiliares de administração escolar, com carga horária semanal de 44 horas:

1º Nível: vigias, controladores de acesso, porteiros, inspetores de alunos: R\$ 1.220,00 (um mil duzentos e vinte reais);

2º Nível: manipulador de Alimentos: R\$ 1.250,50 (um mil duzentos e cinquenta reais e cinquenta centavos);

3º Nível: auxiliares de serviços gerais, auxiliares de cozinha, serventes, faxineiro, copeiro, trabalhador de limpeza geral, etc.: R\$ 1.301,00 (um mil trezentos e um reais);



26

4º Nível: auxiliar de secretaria, auxiliar de educação infantil, auxiliar de ensino fundamental, auxiliar de ensino médio, auxiliar administrativo, coordenador de turno e demais funções que exijam qualificação específica para o exercício da atividade: R\$ 1.345,35 (hum mil trezentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos);

5º Nível: recepcionista, auxiliar de almoxarife: R\$ 1.381,65 (hum mil trezentos e oitenta e um reais e sessenta e cinco centavos);

6º Nível: agente administrativo, digitador: R\$ 1.503,80 (hum mil quinhentos e três reais e oitenta centavos);

7º Nível: assistente administrativo: R\$ 1.516,70 (hum mil quinhentos e dezesseis reais e setenta centavos);

8º Nível: magarele: R\$ 1.540,00 (hum mil quinhentos e quarenta reais);

9º Nível: auxiliar de escritório: R\$ 1.596,25 (hum mil quinhentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos);

10º Nível: encarregado: R\$ 1.624,01 (hum mil seiscentos e vinte e quatro e reais e noventa e um centavos);

11º Nível: auxiliar/técnico administrativo, técnico de nutrição, técnico de secretariado e demais funções que exijam qualificação específica para o exercício das atividades técnicas: R\$ 1.665,93 (hum mil seiscentos e sessenta e cinco e reais e noventa e três centavos);

12º Nível: cozinheiros: R\$ 1.767,90 (hum mil setecentos e sessenta e sete reais e noventa centavos);

13º Nível: coordenador pedagógico, coordenador de área, orientador educacional, supervisor, nutricionista, psicólogo e assistente social (este último – assistente social - com a jornada máxima de 30 horas semanais – Lei 12.370/2010): R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Parágrafo Primeiro: O piso salarial estabelecido nesta cláusula não é aplicável aos aprendizes, de acordo com a Lei No. 10.097/2000, ampliada pelo Decreto Federal No. 5.598/2005 (Lei da Aprendizagem).

Parágrafo Segundo: Fica convencionado entre as partes que para utilização de Cargos/Funções não constantes neste caput, será obrigatório a realização de Termo Aditivo a este Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo Terceiro: As profissões regulamentadas por lei deverão ter suas normas observadas quanto à jornada e ao salário mínimo profissional.

Parágrafo Quarto: As diferenças salariais decorrentes do presente Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2022, correspondentes aos salários de setembro 2021 a novembro de 2021, serão quitadas em até 3 parcelas iguais e consecutivas a partir da folha de pagamento do mês de dezembro de 2021.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DIFERENÇAS ENTRE OUTROS PISOS

Na ocorrência do fornecimento de mão de obra pela empresa para instituições de ensino particulares, cujos empregados estejam submetidos à Convenção Coletiva de Trabalho da Região, instituída antes



ou durante a vigência do presente Acordo, prevalecerá, para TODOS os efeitos, o maior valor entre este e o valor do salário normativo ou piso salarial estabelecido na Cláusula Terceira.

Pagamento de Salário - Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO

A EMPRESA efetuará o pagamento de salário dos seus empregados, impreterivelmente, até o quinto dia útil do mês subsequente da competência, conforme previsto no § 1º do Art. 459 da CLT.

Parágrafo Único: No caso de atraso no pagamento, fica estipulada a multa de 10% (dez por cento) sobre o salário base do empregado, na hipótese de atraso de pagamento de salário de até 20 (vinte) dias após o prazo estabelecido no Art. 459, § 1º da CLT, e de 1% (um por cento) por dia, referente ao período subsequente, revertendo o valor de tal multa em favor do empregado prejudicado.

Descontos Salariais

CLÁUSULA SEXTA - AUTORIZAÇÃO DE DESCONTOS

Os descontos efetuados nas verbas salariais e/ou indenizatórias do empregado, desde que por ele autorizadas por escrito, serão válidos de pleno direito, observadas as disposições legais atinentes, em especial as dos artigos 462 e 477, § 5º, da CLT.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SÉTIMA- REVISÃO DE PAGAMENTO

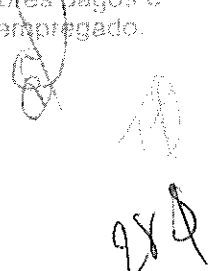
Na hipótese de erro administrativo na folha de pagamento, de forma a causar prejuízo financeiro para o empregado, a EMPRESA se compromete a realizar a revisão do fato gerador e após a conclusão, se verificada e comprovada a existência do erro, o ressarcimento será realizado em 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA - SALÁRIO DO SUBSTITUTO

O salário do empregado substituto será igual ao do substituído, excluídas as vantagens pessoais, desde que a substituição não seja meramente eventual.

CLAUSULA NONA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

A EMPRESA fornecerá aos seus empregados, comprovantes de pagamentos ou documentos equivalentes, contendo, além da identificação da empresa, discriminação de todos os valores pagos e descontados no mês, bem como os valores de base do INSS, IRRF, FGTS e o cargo do empregado.



Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA - DIFERENCIAL DE CHEFIA

Os empregados que exercem funções de chefia, farão jus a um percentual que os diferencie dos subordinados.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL NOTURNO

O adicional noturno terá um acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre a hora diurna, tal qual previsto no artigo 73 da CLT

Auxílio Alimentação

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

A EMPRESA concederá, mensalmente, a seus empregados representados pelo SINDICATO SAAE/RJ, a partir de 1º de novembro, vale alimentação ou refeição no valor de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais).

Parágrafo Primeiro: Será garantido ao empregado em gozo de férias a concessão deste benefício

Parágrafo Segundo: Tal benefício não tem natureza salarial e não é considerado para efeito do 13º Salário e nem se incorpora a remuneração do beneficiário para quaisquer efeitos.

Parágrafo Terceiro: A EMPRESA efetuará o desconto de R\$ 1,00 (um real) para que fique claro que o benefício não é salário in natura.

Parágrafo Quarto: Será respeitada a proporcionalidade de tal benefício nos casos de admissão e rescisão de contrato.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SEGURO DE VIDA/AUXÍLIO FUNERAL

A EMPRESA fica obrigada a conceder aos seus empregados representados pelo SINDICATO SAAE/RJ um seguro de vida em grupo.

Parágrafo Primeiro: O seguro de vida em grupo será concedido sem ônus para o empregado

Parágrafo Segundo: A apólice do seguro de vida em grupo deverá contemplar uma cobertura para auxílio-funeral



Parágrafo Terceiro: A adesão ao plano de seguro de vida em grupo não precisará de autorização do empregado.

Parágrafo Quarto: O benefício seguro de vida em grupo não tem natureza salarial, nem se incorpora a remuneração do beneficiário para quaisquer efeitos.

Parágrafo Quinto: O empregador deverá fornecer aos empregados os dados referentes ao seguro de vida e auxílio funeral.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONTRATO DE TRABALHO

A EMPRESA, quando firmar contrato de trabalho, fica obrigada a fornecer cópia do documento que o empregado assinar

Parágrafo Único: O empregador não poderá exigir do empregado a prestação de serviços alheios ao previsto em seu contrato de trabalho, nos termos do Artigo. 468 da CLT.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO DE RESCISÃO

Os pedidos de demissão e/ou dispensas sem justa causa, com o recibo de quitação da Rescisão Contratual de Trabalho, com mais de um ano de serviço na empresa, serão homologados no Sindicato Laboral da Categoria, sempre na presença do homologador e com a concordância do Empregado e Empresa, com o pagamento efetuado na forma da Legislação em vigor

Parágrafo Único: As verbas rescisórias homologadas conforme disposto no presente Caput, sobre as quais não houve ressalvas específicas, entender-se-ão quitadas de forma plena, rasa e geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CARTA DE REFERÊNCIA

A EMPRESA fornecerá carta de referência aos seus empregados dispensados, quando solicitadas por estes, informando o período trabalhado, a função desempenhada e abonando sua conduta, salvo quando da dispensa por justa causa.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EMPREGADO READMITIDO

O empregado readmitido no prazo de 1 (um) ano, na função que exercia, não terá celebrado novo contrato de experiência, desde que cumprido integralmente o anterior.

30

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EMPREGADO ACIDENTADO

O empregado afastado do serviço por acidente de trabalho terá a estabilidade provisória prevista em lei quando do retorno, desde que esse afastamento tenha sido igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - GARANTIA DE EMPREGO ÀS VÉSPERAS DA APOSENTADORIA

A EMPRESA se compromete a não demitir, salvo em caso de falta grave, o empregado que contar com mais de 3 (três) anos de casa e esteja a 2 (dois) anos ou menos, para adquirir o direito à aposentadoria integral ou por idade.

Parágrafo Primeiro: O tempo de serviço para os efeitos de obtenção da mencionada garantia de emprego, deverá ser comprovado pelo empregado com documento fornecido pelo Órgão Previdenciário, ou seja, pelo INSS e desde que requerido dentro do mesmo prazo acima estabelecido.

Parágrafo Segundo: A concessão acima cessará na data em que o empregado adquirir direito à aposentadoria, independente de requerê-la.

Parágrafo Terceiro: A falta da comunicação do empregado eximirá a EMPRESA de qualquer obrigação quanto a estabilidade provisória.

Outras estabilidades

CLÁUSULA VIGÉSIMA - INDENIZAÇÃO ADICIONAL

O empregado que for despedido, sem justa causa, até 30 (trinta) dias antes da data base da categoria, terá jus à indenização adicional de 1 (um) mês de salário, nos termos da legislação em vigor.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA SEMANAL

A jornada de trabalho dos empregados abrangidos por este Acordo Coletivo de Trabalho é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, salvo aqueles empregados que exerçam cargos de confiança e outros profissionais de categorias diferenciadas e aqueles que no momento fazem uma carga horária menor.

Parágrafo Único: Em face da especificidade do trabalho, fica permitido a jornada de trabalho em regime de 12x36 horas, em qualquer turno de trabalho, garantido o intervalo de 01 (uma) hora para repouso e/ou alimentação.

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - HORAS EXTRAS

As horas extras serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal, na forma do artigo 59 da CLT e do artigo 7, inciso XVI, da Constituição Federal.

Parágrafo Primeiro: As horas trabalhadas aos domingos, feriados e folgas, quando não compensadas, serão pagas com acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal.

Parágrafo Segundo: As horas extras realizadas após o fechamento da folha de pagamento do mês em curso serão pagas em folha de pagamento do mês subsequente.

Parágrafo Terceiro: Não será devido o pagamento de horas extras se o aumento de horas de trabalho num dia for compensado pela diminuição de horas de trabalho em outro dia.

Parágrafo Quarto: Aos empregados, quando obrigados por interesse da EMPRESA a trabalharem fora do dia normal, deverá ser paga hora extra e vale transporte para os que utilizam condução.

Parágrafo Quinto: Assegura-se o repouso remunerado do empregado que chegar atrasado, quando permitido o ingresso pelo empregador, e este atraso, for compensado no final da jornada do dia ou semana.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DIA DO AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Fica instituído o dia 15 de outubro como data consagrada ao auxiliar de administração escolar, sendo vedado o serviço neste dia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - EMPREGADOS ESTUDANTES/FALTAS ABONADAS

Os empregados estudantes ficarão dispensados do trabalho duas horas antes do término do seu horário, sem prejuízo de seus direitos e vantagens desde que apresentem comunicação por escrito à EMPRESA, até 72 (setenta e duas) horas antes de cada prova. Esse direito só é válido para empregados que estiverem cursando escola regular de 1º, 2º e 3º graus, e que trabalharem em período integral, ou seja, 8 (oito) horas por dia.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - INTERVALO PARA AMAMENTAÇÃO

Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, de meia hora cada um, de acordo com o artigo 396 da CLT.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FÉRIAS

As férias a serem concedidas aos empregados deverão, preferencialmente, ter o dia de seu início coincidente com o primeiro dia útil de cada mês, salvo necessidade de serviço que obrigue a fixação em outra data pela EMPRESA, que deverá ser devidamente justificada ao empregado.

Parágrafo Primeiro: A EMPRESA efetuará o pagamento da gratificação de férias conforme estabelecido no inciso XVII, artigo 7º da Constituição Federal.

Parágrafo Segundo: O início das férias coletivas ou individuais, não poderá coincidir com o dia de sábado, domingo, feriado ou dia destinado à compensação do repouso semanal.

Licença Remunerada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - LICENÇA FALECIMENTO

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, por 4 (quatro) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - LICENÇA CASAMENTO

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, por 5 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - LICENÇA PATERNIDADE

A EMPRESA concederá aos seus empregados por ocasião do nascimento dos filhos, licença paternidade conforme o determinado na legislação em vigor.

33

Licença Maternidade

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - LICENÇA MATERNIDADE

Nos termos da legislação vigente, ficam reconhecidos como direitos da trabalhadora gestante, desde a data da apresentação do atestado médico que comprove a gestação, os benefícios do artigo 392 da CLT.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE

A EMPRESA manterá seus esforços de permanente melhoria das condições de segurança, meio ambiente e saúde ocupacional, consoante o que estabelecem as suas políticas e diretrizes para estas áreas

Exames Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - RETORNO AO TRABALHO

O empregado deverá comparecer na EMPRESA imediatamente após o fim do benefício previdenciário, para realizar exame médico de retorno ao trabalho, sob pena da ausência ser considerada falta sem justo motivo, munido de sua documentação (prontuários, exames, laudo do médico), independentemente da interposição de recurso contra a decisão administrativa que indeferiu a prorrogação do benefício

Relações Sindicais

Representante Sindical

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - REPRESENTAÇÃO SINDICAL

A representação econômica reconhece para todos os fins de direitos a composição da chapa do sindicato da categoria laboral, composta por 48 (quarenta e oito) membros constantes da Diretoria eleita e empossada em 15 de dezembro de 2018 pertencentes ao Sindicato da categoria profissional e as que vierem a ser eleitas a partir da vigência do presente acordo coletivo inclusive para efeito de cumprimento do Art. 210 e seus Parágrafos da CLT.

348

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DA RELAÇÃO DE EMPREGADOS

Obrigatonedade de o Empregador remeter a este Sindicato laboral, a relação nominal de empregados auxiliares de administração escolar (prestadores de serviços em escolas ou creches e colégios) com as respectivas funções, salário base e local de trabalho, bem como cópia da guia de recolhimento das contribuições sindicais (quando recolhidas), a partir da assinatura do acordo coletivo de trabalho, sempre que solicitado pelos representantes do SAAE-RJ

Direito de Oposição ao Desconto de Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

Tendo em vista a deliberação da categoria em Assembleia Geral, realizada em 21/11/2020, em que foi ratificado por todos os presentes, o desconto relativo à Contribuição Negocial com relação a todos os empregados da categoria obreira, associados ou não ao sindicato, conformidade do artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federativa do Brasil artigo 513, e da CLT, ficando as empresas obrigadas a proceder ao desconto da Contribuição Negocial, no importe de 2% (dois por cento) sobre a remuneração do empregado, no mês subsequente a assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho, em favor do Sindicato profissional.

Parágrafo Primeiro: As importâncias deverão ser recolhidas ao Sindicato Profissional, através do depósito na conta corrente nº 227090-0, da Agência nº 0436, do Banco Bradesco, de titularidade do SAAE/RJ (CNPJ nº 31.249.428/0001-04).

Parágrafo Segundo: O desconto e repasse da importância devida pelo empregado a título de Contribuição Negocial serão de inteira responsabilidade do empregador.

Parágrafo Terceiro: Caso os empregadores deixem de efetuar o recolhimento da contribuição nos prazos previstos no caput da presente cláusula, ou deixem de efetuar os respectivos descontos, responderão integralmente pelo referido pagamento, sem qualquer ônus ao trabalhador, com os acréscimos, multas e penalidades legais.

Parágrafo Quarto: Fica assegurado ao empregado o direito de oposição ao desconto previsto nesta cláusula, mediante requerimento a ser encaminhado diretamente ao empregador, no prazo de até 20 (vinte) dias após assinatura da CCT e publicação no site do SAAE-RJ, que deverá enviar os requerimentos via correio à Sede do SAAE-RJ ou para o endereço eletrônico presidencia@saaerj.org.br.

Parágrafo Quinto: O Sindicato dos Auxiliares - SAAE-RJ se responsabiliza integralmente pela devolução da contribuição assistencial referida na presente cláusula, em caso de eventual condenação, nesse sentido, além de ação anulatória de cláusula normativa, ação civil pública ou qualquer outra que venha a ser proposta, isentando a Empresa de qualquer responsabilidade, no que tange à citada contribuição



Disposições Gerais

Regras para a Negociação

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DA NEGOCIAÇÃO

A empresa se compromete a comparecer ao Sindicato SAAE-RJ nos 30 dias que antecederem a próxima data base, ou seja, até 01 de março de 2022, para que seja feita negociação de renovação e atualização do presente Acordo.

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - FORO

As partes contratantes reconhecem que o foro competente para dirimir eventuais controvérsias oriundas do cumprimento do presente Acordo Coletivo de Trabalho é o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região através das Varas Trabalhistas que abrangem o Município onde labora o empregado. Em caso de dados comuns aos empregados o foro competente será a Justiça Trabalhista do Município do Rio de Janeiro, sede do SAAE/RJ.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CUMPRIMENTO DO ACORDO

As partes se obrigam a observar fiel e rigorosamente o presente Acordo Coletivo de Trabalho, por expressar o ponto de equilíbrio entre elas.

Parágrafo Primeiro: Pelo não cumprimento das cláusulas do presente Acordo Coletivo de Trabalho, impõe-se multa por descumprimento das obrigações de fazer no importe equivalente a 10% (dez por cento) do salário do empregado prejudicado, que reverterá em favor da parte prejudicada, a ser paga pela parte que descumprir qualquer cláusula deste Acordo Coletivo de Trabalho, observando o disposto nos artigos 619 e 622 da CLT, sem prejuízo de obrigação do cumprimento da cláusula que a motivou.

Parágrafo Segundo: O prazo para pagamento estabelecido no parágrafo primeiro será de 60 (sessenta) dias após o descumprimento.

Parágrafo Terceiro: Havendo necessidade de regulamentação de qualquer cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho, esta não poderá ser feita de forma unilateral.

Parágrafo Quarto: As controvérsias oriundas do cumprimento do presente Acordo Coletivo de Trabalho serão dirimidas perante a Justiça do Trabalho, através de Ação de Cumprimento, atuando o SINDICATO SAAE/RJ como substituto processual dos empregados, independentemente, portanto, de junta de outorga desses.

Parágrafo Quinto: Onda de o SINDICATO SAAE/RJ, antes de qualquer questionamento judicial, a tentar a negociação amigável, o que deverá ser manifestada formalmente e deverá ter uma resposta da EMPRESA no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DIVULGAÇÃO DO ACORDO COLETIVO


A EMPRESA fará divulgação a todos os seus empregados, do presente Acordo Coletivo.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DOS ACORDOS EXTRAJUDICIAIS

Todo acordo extrajudicial celebrado entre o empregado e a empresa, deverá ter a chancela do sindicato profissional.

E por estarem assim acordados a EMPRESA e o SINDICATO SAAE/RJ, por seus representantes legais, firmam o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2021/2022, cuja vigência se dá a partir de 01/03/2021, independentemente de homologação ou registro, fazendo o competente registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2021


THIAGO PONTES DE SOUZA

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA


ELLES CARNEIRO PEREIRA

SINDICATO AUX ADM ESCOLAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO